IX CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

PRÁTICAS EDUCATIVAS COOPERATIVAS: FERRAMENTAS PARA A PERENIDADE ORGANIZACIONAL E DESENVOLVIMENTO RURAL

TAÍS REISDERFER[1];

[1]*PPGAdm - UFSC – treisderfer@gmail.com*

Resumo Este artigo analisa o papel das práticas educativas cooperativas como instrumentos estratégicos para a perenidade organizacional e o desenvolvimento rural, tomando como objeto de estudo os programas "COOPERJA do Amanhã Jovens" e "Líderes". Diante do avanço da racionalidade neoliberal e do agravamento do êxodo rural, a investigação fundamenta-se em uma abordagem qualitativa de natureza descritivo-interpretativa, utilizando a triangulação de dados provenientes de 35 entrevistas semiestruturadas, observação participante e análise documental. Os resultados demonstram que a educação cooperativa atua como um dispositivo de resistência capaz de ressignificar a subjetividade do jovem, transformando a percepção do rural de um espaço de atraso em um território de oportunidades e inovação. A análise revela que, enquanto o programa voltado à juventude promove o sentimento de pertencimento e a sucessão familiar, a formação de líderes instrumentaliza os associados para uma governança emancipatória e democrática. Conclui-se que a simbiose entre esses programas garante a manutenção da identidade doutrinária da cooperativa frente às pressões de mercado, assegurando a renovação qualificada do quadro social e a sustentabilidade das ruralidades no extremo sul de Santa Catarina.
Palvras-chave: Educação Cooperativa; Jovens Rurais; COOPERJA; Desenvolvimento Territorial; Sucessão Familiar.

1. Introdução:

A cooperação, embora se manifeste como uma prática humana ancestral de ajuda mútua voltada à subsistência coletiva, adquiriu contornos de modelo organizacional formal como uma resposta estrutural às agudas crises sociais da Revolução Industrial (Hendges; Schneider, 2006). Desde a fundação histórica dos Pioneiros de Rochdale, em 1844, o cooperativismo propõe-se como uma alternativa concreta à lógica de acumulação desenfreada do capital, fundamentando-se nos pilares da solidariedade, da autogestão e na valorização intrínseca do indivíduo sobre o lucro (Foschiera; Nunes, 2017; Reisderfer; Menezes; Becker, 2024). No entanto, a relevância da presente investigação reside no paradoxo contemporâneo que permeia esse modelo: a complexidade de sustentar uma arquitetura social baseada na ajuda mútua dentro de uma racionalidade neoliberal que, conforme apontam Dardot e Laval (2016), impõe

a concorrência como norma universal de conduta, transfigurando o sujeito em um "empresário de si mesmo".

Nesse cenário de disputa de subjetividades, a investigação justifica-se pela premente necessidade de compreender os efeitos das práticas de educação cooperativista sobre o sujeito inserido em um regime de crescente "mercantilização de todas as esferas da existência" (Dardot; Laval, 2016). Se, por um lado, o instinto de solidariedade atua como uma força centrípeta que impede a fragmentação social absoluta (Singer, 2001), por outro, as cooperativas agropecuárias estão submetidas às pressões externas de eficiência, rentabilidade e escala. É justamente nesse hiato, entre a doutrina e o mercado, que a educação cooperativa assume um papel central e estratégico. Ela não pode ser reduzida a um mero treinamento técnico-operacional de caráter utilitarista; deve ser compreendida como um processo formativo, ético e permanente, indispensável para a emancipação do associado e para a construção de uma cultura de justiça social no campo (Schneider, 2003; Freire, 2014).

Sob a ótica da pedagogia libertadora de Paulo Freire (2014), a prática educativa no cooperativismo deve ser um ato político e transformador, capaz de promover a autonomia dos sujeitos através da tomada de consciência crítica sobre sua realidade. Mészáros (2008) adensa essa crítica ao diferenciar a educação que serve à reprodução do capital daquela que visa à emancipação humana; para o autor, uma educação verdadeiramente transformadora deve desafiar as formas dominantes de internalização de valores competitivos, promovendo a cooperação como um modo de ser e produzir. Portanto, a educação cooperativa é o dispositivo de resistência que permite ao agricultor familiar reconhecer-se como parte de um coletivo, blindando a organização contra a perda de sua identidade doutrinária (Ferreira; Souza, 2019).

Essa necessidade de resistência é ainda mais nítida ao observarmos a trajetória da agricultura brasileira, marcada por uma modernização conservadora a partir da década de 1970, que priorizou a tecnificação latifundiária em detrimento da agricultura familiar (Wanderley, 2009). Esse processo desigual alimentou um êxodo rural de dimensões colossais, deslocando milhões de pessoas para as cidades e gerando um esvaziamento demográfico que hoje ameaça a continuidade das ruralidades (Camarano; Abramovay, 1999). Atualmente, a crise da sucessão rural torna-se o tema central para a perenidade do meio rural: sem a permanência e o protagonismo do jovem, a agricultura familiar perde não apenas sua força de

trabalho, mas sua capacidade de inovação e renovação de ideias (Anjos; Caldas; Pollnow, 2014; Redin, 2023).

O termo "ruralidades" emerge no cenário das ciências sociais como uma resposta à visão dicotômica13 e simplificada que frequentemente opõe o rural ao urbano. Longe de ser um espaço homogêneo e estático, relegado à produção agrícola tradicional, o rural se revela um mosaico de territórios dinâmicos14, multifuncionais e intrinsecamente ligados às dinâmicas urbanas. Abramovay (2000), em sua obra seminal "O futuro das regiões rurais", já apontava para a necessidade de superar a ideia de que o rural seria apenas uma etapa a ser transposta pelo desenvolvimento urbano, defendendo a existência de lógicas e potencialidades próprias nesses espaços.

Nessa perspectiva, a ruralidade transcende a mera descrição de um local geográfico ou de uma atividade econômica primária. Schneider e Blume (2004), ao debaterem as categorias e desafios do desenvolvimento rural no Brasil, enfatizam que as ruralidades são constituídas por diversas dimensões interconectadas, que englobam desde a relação com a natureza e os modos de produção agrícola até os aspectos sociais, culturais, identitários e as novas atividades econômicas que florescem no campo. Essa visão complexa reconhece a pluralidade de atores sociais, práticas e significados que conformam o mundo rural. Medeiros (2017) corrobora com essa perspectiva, argumentando que as intensas transformações nas relações campo-cidade e o surgimento de novas atividades não estritamente agrícolas (como o turismo rural, a produção artesanal, a prestação de serviços ambientais) reconfiguram profundamente as ruralidades existentes. O rural deixa de ser um espaço unicamente produtivo para incorporar novas funções e atrair novos atores, com diferentes demandas e visões de futuro.

Certamente um dos grandes, senão o maior, desafios para o rural brasileiro no século 21 segue sendo a questão do esvaziamento do campo. O fenômeno do êxodo rural iniciado que entre as décadas de 1960 e 1980 resultou na migração de cerca de 27 milhões de pessoas do campo para as cidades (Camarano; Abramovay, 1999), revela as transformações econômicas, sociais e políticas pelas quais o país passou ao longo dessas décadas. A magnitude desse movimento migratório é ressaltada pela afirmação dos autores de que poucos países conheceram movimentos migratórios tão intensos (Camarano; Abramovay, 1999). Este processo não apenas alterou a configuração demográfica, mas também deixou marcas profundas nas estruturas sociais tanto do campo quanto das cidades. Esse deslocamento

populacional em massa transformou profundamente a demografia e a estrutura socioeconômica do país.

A dimensão do êxodo rural no período em questão é inegável. O pico da população rural brasileira foi atingido em 1970, com 41 milhões de habitantes, representando 44% da população total do país. Contudo, a partir dessa década, o meio rural experimentou um declínio populacional contínuo, tanto em termos relativos quanto absolutos. A frequência desse movimento migratório é alarmante, desde 1950, a cada dez anos, aproximadamente um em cada três brasileiros residentes no campo optou pela emigração. Esse dado sublinha a persistência e a força atrativa dos centros urbanos durante esse período (Camarano; Abramovay, 1999).

A migração em massa do campo para as cidades foi impulsionada pela urbanização e industrialização aceleradas a partir dos anos 1950. Esse processo atraiu milhões de trabalhadores em busca de melhores condições de vida e emprego. A industrialização fez com que muitas áreas urbanas se tornassem centros de oportunidades, enquanto o campo enfrentava dificuldades. Camarano e Abramovay (1999, p. 01) afirmam que "poucos países conheceram movimentos migratórios tão intensos, quer se considere a proporção ou a quantidade absoluta da população rural atingida", destacando a singularidade desse fenômeno no contexto mundial.

Outro aspecto crucial do êxodo rural é o perfil demográfico da população que permanece no campo. O envelhecimento e a masculinização da população rural são questões que têm se agravado ao longo das últimas décadas. Os jovens foram os que mais deixaram as áreas rurais, e dentro desse grupo, a participação feminina foi preponderante. Esse padrão migratório se deve, em parte, à busca por oportunidades de estudo e trabalho mais diversificadas nas cidades, que muitas vezes não eram acessíveis no meio rural. Esses indivíduos, deixam a zona rural em busca de melhores oportunidades nas cidades e uma maior qualidade de vida (Camarano; Abramovay, 1999).

Diante da ameaça à sucessão e à própria sobrevivência das comunidades agrícolas, o cooperativismo desponta como o diferencial para o sucesso socioeconômico, oferecendo a agregação de valor e o suporte institucional necessários para que o jovem visualize o campo como um território de oportunidades, e não de atraso (Boessio; Doula, 2015). A perenidade organizacional surge, assim, como o eixo de sobrevivência das cooperativas, transcendendo a

saúde financeira para focar na fidelidade à identidade doutrinária e na sucessão qualificada de suas lideranças (Schneider, 2003).

Considerando tal problemática, o presente artigo objetiva analisar as práticas de educação cooperativista e seus desdobramentos na formação da subjetividade dos indivíduos, com enfoque especial nas experiências proporcionadas pelos programas “COOPERJA do Amanhã Jovens” e “COOPERJA do Amanhã Líderes”. Tais programas, vinculados à Cooperativa Agroindustrial de Jacinto Machado (COOPERJA), materializam o quinto princípio universal do cooperativismo (Educação, Formação e Informação) atuando como ferramentas de mediação entre o saber técnico e a realidade vivida. Ao investigar esses recortes, busca-se evidenciar como a educação pode atuar como um dispositivo de perenidade, garantindo que a renovação do quadro social ocorra de forma consciente e comprometida com o desenvolvimento rural sustentável (Reisderfer, 2023; Reisderfer *et al*., 2025).

2. Metodologia:

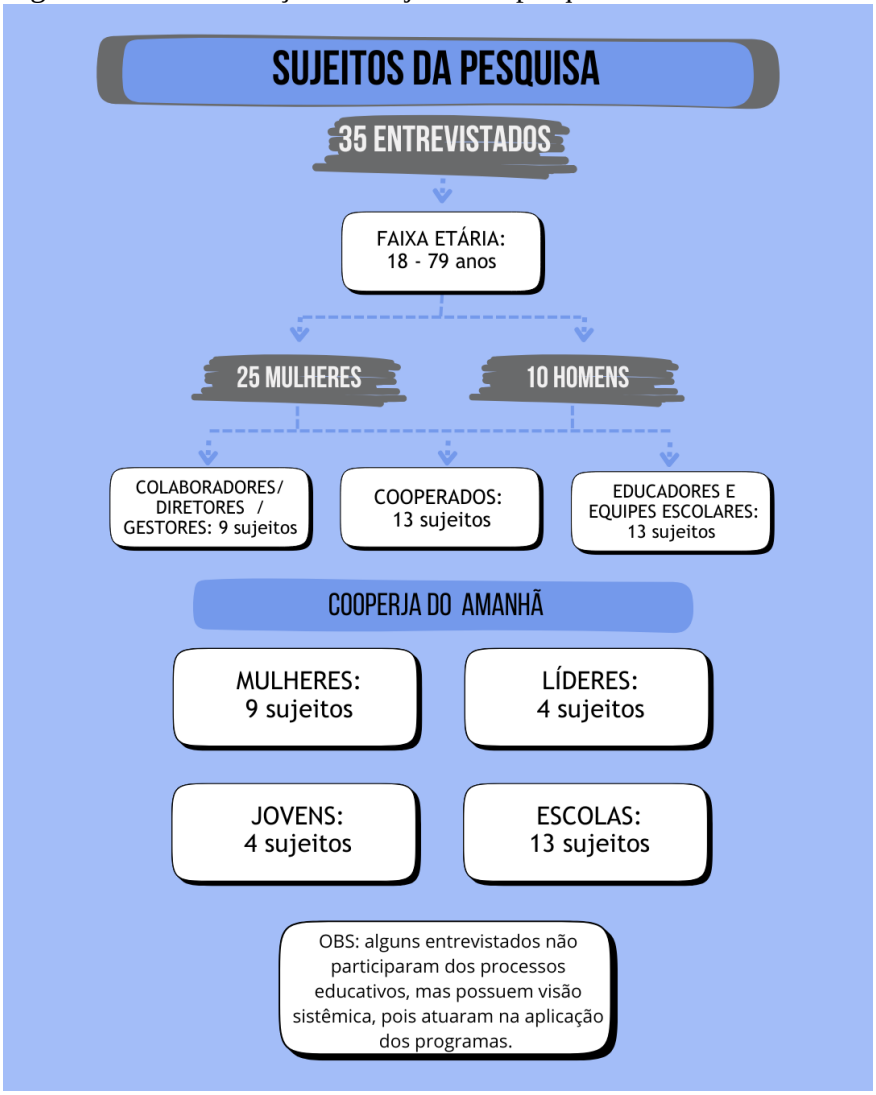
Esta seção tem como objetivo detalhar o método e as técnicas de pesquisa, assim como apresentar e descrever os procedimentos adotados para coleta e análise dos dados. Segundo Collis e Hussey (2005), metodologia “é um plano detalhado que servirá como um guia para focar a pesquisa” em estudo, ou seja, a ordem necessária que deve ser seguida nos diferentes processos para atingir um resultado desejado (Collis; Hussey, 2005, p. 113).

O estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza descritivo-interpretativa (Triviños, 1987), focada na análise e interpretação de fenômenos atuais e seu funcionamento no presente (Marconi; Lakatos, 2002). A investigação se deu através de um estudo de caso, método apropriado para investigar fenômenos contemporâneos em seus contextos reais, especialmente quando as fronteiras entre ambos não estão claramente definidas (Yin, 2001).

Para garantir a validade e a confiabilidade dos resultados, utilizou-se a triangulação de dados, articulando três técnicas distintas: a) entrevistas semiestruturadas: realizaram-se 35 entrevistas entre julho e agosto de 2025. O número de participantes foi delimitado pelo critério de saturação teórica, interrompendo-se as coletas quando as informações passaram a apresentar singularidades repetitivas (Bauer; Gaskell, 2002). Os sujeitos entrevistados foram diversos e bastante homogêneos, buscando sobretudo, resultados próximos da realidade, perfil

dos sujeitos expresso na figura 1. As falas foram gravadas e transcritas via inteligência artificial (*TurboScribe/Whisper OpenAI*), com rigorosa revisão e formatação manual pela autora; b) observação participante: técnica empregada para o registro sistemático de interações e comportamentos no cotidiano da cooperativa durante o período de campo; c) análise documental: exame de fontes secundárias, incluindo relatórios de gestão, livros históricos e materiais institucionais da COOPERJA (atualizados até 2025), além de registros fotográficos autorais.

Figura 1 - Caracterização dos sujeitos da pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora.

O tratamento dos dados coletados, provenientes das 35 entrevistas, da observação e da análise documental, seguiu rigorosamente os preceitos da Análise de Conteúdo, conforme a sistemática proposta por Bardin (1988).

O processo de exposição dos dados primários foi estruturado de forma a privilegiar a densidade analítica em detrimento da repetição exaustiva de fragmentos discursivos. Para tanto, utilizou-se a técnica de agrupamento de unidades de registro que apresentavam convergência temática e semântica. Esse procedimento ocorre quando a análise da pesquisadora identifica que diferentes entrevistados, embora utilizem formulações próprias, descrevem o mesmo fenômeno ou compartilham da mesma percepção sobre uma prática da cooperativa. Dessa forma, a indicação de múltiplos sujeitos ao final de uma asserção (ex: E1, E5, E12) cumpre três funções fundamentais na pesquisa: a) validação por saturação; b) economia discursiva; e c) fortalecimento da triangulação. O agrupamento facilita a correlação dos achados com os dados secundários e a observação participante, evidenciando onde a percepção dos participantes converge com os demais registros de pesquisa da pesquisadora. Este método de síntese assegura que o texto final apresente uma visão sistêmica da realidade estudada, respeitando a subjetividade de cada entrevistado enquanto destaca a força das evidências que emergem da consciência coletiva do grupo.

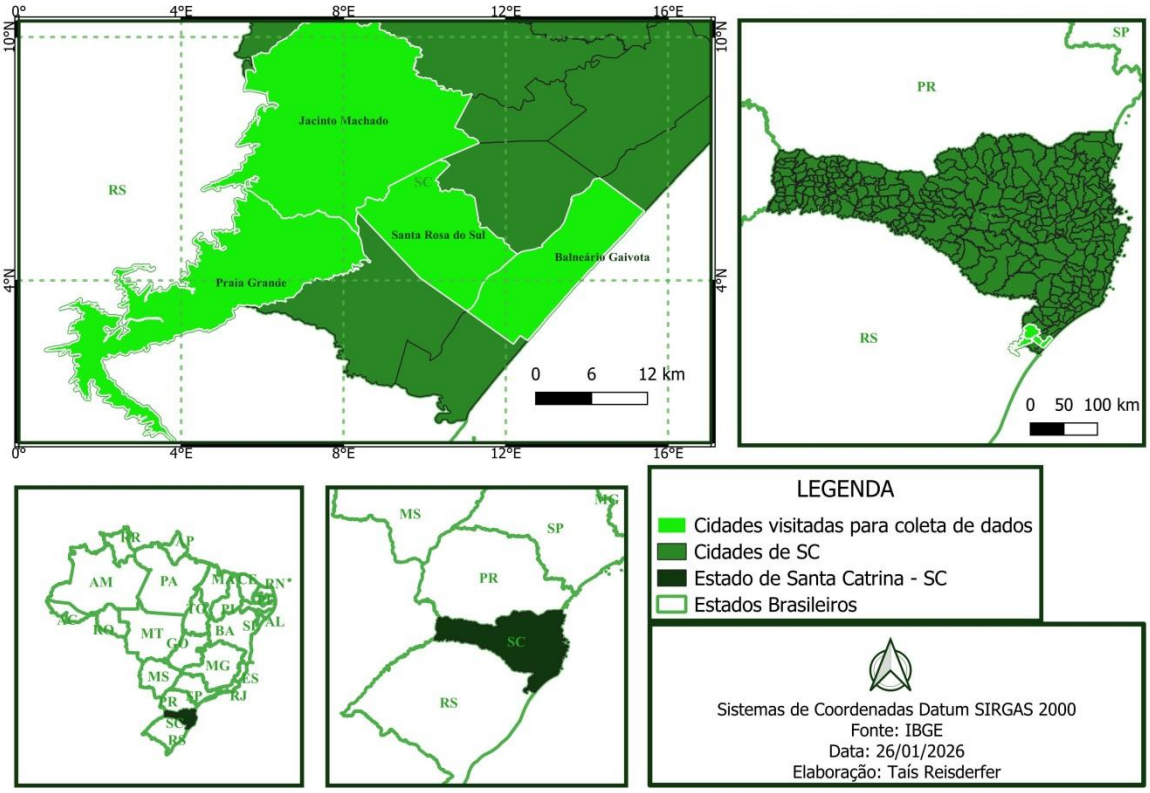
O objeto de estudo dessa pesquisa insere-se em um contexto regional e setorial de alta relevância socioeconômica, marcado pela forte presença e articulação do cooperativismo, notadamente no ramo agropecuário. A COOPERJA tem sua sede administrativa em Jacinto Machado (SC), localizada no extremo sul catarinense. Tendo o arroz como destaque produtivo, mas também a presença marcante de outros cultivos, como a banana, o maracujá e a pitaia, frutas características da região A sua área de atuação primária, concentra-se no estado de Santa Catarina, em especial na região sul do estado, onde este encontra o Rio Grande do Sul (RS) e o Litoral Norte gaúcho e, em detalhe, a estrutura e a estratégia da Cooperativa.

No âmbito educacional, a COOPERJA implementou o programa COOPERJA do Amanhã, com o objetivo de promover a educação cooperativista desde a infância até a fase adulta. O programa é dividido em quatro vertentes, com enfoques distintos, mas complementares:a) mulheres; b) líderes; c) jovens; e d) escolas.

Na busca por responder aos questionamentos propostos pela pesquisa, as 35 entrevistas semiestruturadas, já detalhadas anteriormente, foram coletadas entre julho e agosto de 2025, na região do entorno da sede administrativa da COOPERJA, como delimitado na figura 2 (Jacinto Machado, Praia Grande, Santa Rosa do Sul e Balneário Gaivota).

Figura 2 – Mapeamento dos locais visitados para coleta de dados

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS LOCAIS VISITADOS PARA A COLETA DE DADOS



Fonte: Elaborada pela autora.

A delimitação desse universo de análise, aliada ao desenho metodológico proposto, permite que a investigação transcenda a dimensão técnica da gestão cooperativa para alcançar a profundidade dos processos sociais e educativos que moldam a perenidade da organização. O rigor na coleta através da triangulação e o cuidado analítico no agrupamento dos relatos garantem que a realidade da COOPERJA seja interpretada em sua totalidade, oferecendo um diagnóstico consistente sobre como o investimento no capital humano e social pode mitigar desafios críticos como o envelhecimento e a masculinização do campo.

3. Resultados e Discussão:

A análise dos dados coletados, provenientes das 35 vozes entrevistadas, revela que as práticas educativas da organização transcendem a mera transmissão de informações. Elas configuram-se como uma resposta institucional ao deserto de subjetividades imposto pela lógica neoliberal. A seguir, os achados são discutidos à luz do tensionamento entre a identidade cooperativa e as pressões da modernidade.

Ao ingressarem no programa "COOPERJA do Amanhã Jovens", os participantes trazem consigo uma carga simbólica marcada pelo pessimismo em relação ao campo. Os relatos iniciais (E3, E11, E19) ecoam o que Camarano e Abramovay (1999) descreveram como o impulso migratório gerado pela falta de perspectivas. Contudo, é no seio das atividades educativas que se inicia um processo de desaprendizagem da racionalidade mercantil.

Conforme apontam Dardot e Laval (2016), o sistema neoliberal induz o indivíduo a enxergar-se como uma empresa em constante competição, o que, no rural, traduz-se na busca isolada pelo lucro ou na fuga para o urbano. As práticas da COOPERJA interrompem essa lógica. Ao promoverem o debate sobre o 5º princípio, a cooperativa não ensina apenas a plantar arroz; ela ensina o jovem a reconhecer-se como sujeito de um território. Quando os entrevistados afirmam que o programa "abriu os olhos para o valor da sucessão" (E7, E24), percebe-se a aplicação da pedagogia libertadora de Freire (2014). A educação deixa de ser um depósito de técnicas e torna-se um ato de consciência política. O jovem passa a entender que sua permanência no campo é uma forma de resistência contra a mercantilização de todas as esferas da existência. Aqui, a ruralidade (Wanderley, 2009) deixa de ser um fardo e passa a ser uma escolha identitária.

No eixo voltado ao "COOPERJA do Amanhã Líderes", a discussão eleva-se para a esfera da gestão democrática. O grande desafio das cooperativas contemporâneas é não sucumbir à "forma-empresa" que privilegia a eficiência financeira em detrimento do vínculo social. Os dados demonstram que os futuros líderes (E2, E9, E30) são preparados para gerir o paradoxo apontado por Schneider (2003): a necessidade de ser competitivo no mercado global sem perder a essência solidária.

Neste ponto, o diálogo com Mészáros (2008) é revelador. A educação oferecida pela COOPERJA desafia a internalização de valores puramente competitivos. Os líderes relatam que a compreensão dos balanços e da governança lhes confere a autonomia necessária para não serem meros "espectadores" das decisões técnicas. Essa formação emancipatória é o que garante a perenidade organizacional. Como bem salientam Ferreira e Souza (2019), a longevidade de uma cooperativa está na sua capacidade de renovar o quadro social com pessoas que compreendam a doutrina. Sem essa sucessão qualificada, a organização corre o risco de tornar-se uma empresa mercantil comum, perdendo sua alma social. A liderança jovem, portanto, é o dispositivo que ancora a cooperativa em sua identidade original frente às pressões neoliberais.

A triangulação dos resultados permite inferir que a educação cooperativa na COOPERJA funciona como uma "cola social". Ela mitiga o esvaziamento do campo ao oferecer o que Boessio e Doula (2015) chamam de suporte institucional estratégico. Ao conectar o jovem (sensibilização) ao líder (instrumentalização), a cooperativa cria um ciclo de reprodução social que garante a sobrevivência das comunidades agrícolas.

A discussão final remete à interdependência entre o sujeito e a organização. Os relatos indicam que onde a educação é forte, o sentimento de pertencimento ao coletivo sobrepõe-se ao individualismo estrito. Em última análise, a experiência da COOPERJA demonstra que a perenidade não é um estado alcançado, mas um processo construído cotidianamente através da educação. É a prova prática de que, contra a "concorrência como norma universal" (Dardot; Laval, 2016), o cooperativismo pode opor a "cooperação como práxis libertadora", assegurando que o desenvolvimento rural seja, antes de tudo, humano e sustentável.

4. Considerações Finais

A investigação sobre as práticas educativas da COOPERJA permitiu compreender que a perenidade de uma organização cooperativa, em contextos de agricultura familiar, não é um subproduto automático da sua saúde financeira, mas o resultado de um esforço deliberado de formação humana. Ao longo deste estudo, evidenciou-se que a educação cooperativa atua como o elo vital entre a preservação da identidade doutrinária e as exigências de eficiência impostas por um mercado global sob a égide da racionalidade neoliberal.

Os resultados apontam que os programas “COOPERJA do Amanhã Jovens” e “Líderes” constituem uma estratégia de resistência ao esvaziamento do campo e ao individualismo concorrencial. Enquanto o programa voltado à juventude logra ressignificar as ruralidades, transformando o sentimento de "atraso" em pertencimento e orgulho territorial, o programa de líderes instrumentaliza esse jovem para a governança democrática. Essa simbiose educativa garante o que se denomina sucessão qualificada: o processo pelo qual as novas gerações assumem o protagonismo não apenas da produção agrícola, mas da gestão coletiva da cooperativa.

Conclui-se que a práxis libertadora inspirada em Freire, quando aplicada ao cooperativismo, é capaz de forjar sujeitos autônomos e comprometidos com o desenvolvimento regional. A experiência aqui analisada demonstra que investir no capital

social é a única via para mitigar os efeitos do êxodo rural e assegurar que a cooperativa permaneça fiel aos seus princípios originais de solidariedade e ajuda mútua.

Como sugestão para estudos futuros, recomenda-se a análise da integração desses jovens nos conselhos de administração a longo prazo, a fim de monitorar os impactos dessas lideranças na cultura organizacional da cooperativa. Em última análise, este artigo reforça que, no cooperativismo, a educação não é um custo, mas o investimento primário que assegura que o futuro do campo seja construído por mãos jovens, qualificadas e conscientes do seu papel transformador na sociedade.

Referências:

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais.** São Paulo: Funep, 2000.

ANJOS, Flávio Sacco dos; CALDAS, Nádia Velleda; POLLNOW, Germano Ehlert. Menos mulheres, menos jovens, mais incertezas. A transição demográfica no Brasil rural meridional. **Revista Extensão Rural**, v. 21, n. 2, p. 94-116, 2014. DOI: https://doi.org/10.5902/2318179610453

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: 1 ed. rev. e ampl. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAUER, Martin. W., GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

BOESSIO, Amábile Tolio; DOULA, Sheila Maria. Jovens rurais e processos de sucessão: em análise uma cooperativa agropecuária no triângulo mineiro. **Boletim de Pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural**: Viçosa, n. 7, p. 29-37, 2015.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo Rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos.** Rio de Janeiro: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, p. 1- 28, 1999.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração:** um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. Porto Alegre: Bookman, 2005.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo.** Boitempo: São Paulo, 2016.

FERREIRA, Palloma Rosa e SOUZA, Diego Neves de. Educação Cooperativista: Aprofundando o conceito. Viçosa: **Cooperativismo & Desarrollo**, v. 20, n 3, p. 110 – 128. 2019. DOI: https://doi.org/10.16925/2382-4220.2019.02.04

FOSCHIERA, Atamis Antônio e NUNES, Juraildes Barreira. Cooperativismo: o processo histórico do cooperativismo e a visão do estado brasileiro. Tocantins: **Humanidades e Inovação**, v. 4, n. 5, p. 227-237, 2017.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da Liberdade**. 38° edição. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

HEDGES, Margot e SCHNEIDER, Jose Odelso. Educação e Capacitação Cooperativa: sua importância e aplicação. S/l: **ESAC Economia Solidária e Ação Cooperativa** - Unisinos, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 5ª edição, 2002.

MENEZES, Antônio. **Os dois Pinheirinhos continuam firmes? Educação Cooperativa**. Brasília: Editora Confebras. 2018.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do Capital**. 2° ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

REDIN, Ezequiel. **Ciências Rurais em Foco**. Belo Horizonte: Editora Poisson, 1ª edição, v. 9, 2023.

REISDERFER, Taís. Educação cooperativa e os efeitos de sua implementação: um estudo de caso do programa "Cooperativas Escolares" da Cooperativa Sicredi. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão de Cooperativas) – **Universidade Federal do Rio Grande**, São Lourenço do Sul, 2023.

REISDERFER, Taís; MENEZES, Gabrielito; BECKER, Claudio. Educação Cooperativa: Fundamentos e Impactos no Desenvolvimento das Cooperativas. In: **XXVI ENPÓS – Encontro de Pós-graduação. Pelotas: UFPEL - Universidade Federal de Pelotas, Anais**, 2024.

REISDERFER, Taís; BECKER, Claudio; TAVARES, Larissa Ferreira; KAUFFMAN, Marielen Priscila. Ações Fomentadoras de Práticas Educativas Cooperativas: uma análise da Cooperativa Agropecuária COOPERJA. In: **63º SOBER**, n. 63, 2025, Anais. Passo Fundo: UPF- Universidade de Passo Fundo, 2025, p. 1-14. DOI: 10.29327/9786527214786.1102839

SCHNEIDER, José Odelso. **Educação Cooperativa e suas práticas.** Brasília: SESCOOP, p. 256, 2003.

SCHNEIDER, Sergio; BLUME, Roni. Ruralidades e desenvolvimento rural no Brasil: categorias e desafios em debate. **Revista de Economia e Sociologia Rural,** v. 42, n. 2, p. 227-246, 2004.

SINGER, Paul. **Economia solidária versus economia capitalista**. Brasília: Sociedade e Estado, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisaem ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Editora Atlas, 1987.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Mundo Rural como um Espaço de Vida. PGDR – **Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (UFRGS)**: Porto Alegre. 1° edição, 366p., 2009.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Tradução: Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2ª edição, 2001.